

ROBERTO MACEDO

A economia no final do ano

A economia vai fechar 1999 com desempenho medíocre, tal como em 1998. O produto interno bruto (PIB) vai permanecer estável e, na média por habitante, cairá cerca de 1,5% por conta do crescimento da população. Para o ano 2000, a maioria dos analistas trabalha com um

crescimento do PIB total entre 3% e 4%. Ele vai ser estimulado pela taxa de câmbio, que agora incentiva as exportações, ou seja, o nosso PIB, e desencoraja as importações, ou seja, o PIB dos outros. Há também a expectativa de queda ainda maior da taxa de juros, estimulando os investimentos e o consumo, ao lado da melhoria do quadro geral da economia, sem grandes traumas externos e com o governo se empenhando mais no acerto das suas contas.

Para que o ano 2000 confirme esse cenário melhor, será importante que a economia não tropece no fim do ano, tal como aconteceu em 1997 e em 1998, o que muito contribuiu para determinar o mau desempenho dos anos seguintes.

No final de 1997, a economia sofreu o impacto da crise dos países do Sudeste da Ásia, em particular da Tailândia. Como consequência, o Brasil perdeu cerca de US\$ 10 bilhões em reservas cambiais entre agosto e novembro daquele ano. Para segurar a saída de recursos elevou a taxa básica de juros, de cerca de 20% ao ano, em outubro de 1997, para 45%! em novembro, o que teve um impacto devastador sobre a movimentação da economia do final do ano, pois novembro é o mês que concentra as encomendas das lojas junto aos fabricantes, para a maior venda de dezembro. Os lojistas reduziram drasticamente suas com-



Teremos um Natal melhor, se o governo não nos brindar com outro pacote lastimável

pras e, como resultado, o Natal de 1997 foi um dos piores dos últimos anos.

As notícias que acompanharam o aumento dos juros, mais outras de medidas governamentais de caráter recessivo, abalaram muito a confiança dos consumidores, elemento fundamental da sua disposição de ir às compras.

Eles precisam estar seguros de que o dinheiro a ser gasto não vai fazer falta, de que as prestações que vão assumir não pesarão no orçamento doméstico e de que este não será abalado com mais uma crise que pode levar ao desemprego. Houve, assim, a retração conjugada de consumidores e lojistas, que deixaram os fabricantes com estoques elevados, fazendo-os reduzir sua produção imediatamente, o que acabou esfriando a economia.

Com as medidas tomadas pelo governo no final de 1997, as reservas foram mais que recuperadas. Em abril de 1998, elas alcançaram US\$ 75 bilhões, US\$ 10 bilhões mais que na época da crise do Sudeste da Ásia. A partir de meados de 1998, entretanto, a bola da vez foi a Rússia e, ainda que por tabela, fomos também encaçados. Só de agosto a setembro do ano passado as reservas caíram quase US\$ 30 bilhões. O governo até que tentou a mesma tática de subir juros, que haviam retornado para 20% em agosto, empurrando-os para 34% em setembro e 42%, em outubro. Dessa vez, entretanto, a turma dos dólares achou que não valia a pena ficar aqui, nem por esses juros escandalosos. Ainda assim eles foram novamente acrescidos, para 45%! em março, na sequência da desvalorização que se tornou inevitável. Como resultado, os mesmos efeitos de 1997 se repetiram – juros altos, pa-

cotes governamentais, mais outras notícias ruins –, dessa vez afetando não só a época natalina como também o início deste ano.

Sempre insisti em que o problema não estava na Tailândia, em 1997, nem na Rússia, em 1998. Estava e permanece aqui dentro. A contaminação por problemas desses países decorreu da vulnerabilidade da nossa economia. Com crescente endividamento externo e interno – este principalmente do governo –, estimulado pela política suicida de defender a taxa cambial por meio de juros altos, ficamos na dependência de capitais externos de curto prazo, interessados nesses juros, mas também prontos para sair ao menor sinal de risco, como, de fato, saíram.

Como estamos agora? Continuamos fracos e vulneráveis, mas, exceto pelas dívidas que ficaram, o quadro é melhor. O governo conseguiu alguns avanços na área fiscal. A taxa de câmbio foi corrigida e, com isso, o governo não precisa ficar usando os juros para segurar o real caro ou o dólar barato. Outro aspecto que alivia o quadro é que esses capitais predadores que estavam aqui, por conta dos juros elevados, já foram embora, ou seja, praticamente não há recursos de curto prazo para sair, como fizeram em 1997, em 1998 e no início deste ano. Assim, tudo indica que poderemos ter um Natal melhor. Em particular, depois dos desastres de 1997 e 1998 e do início deste ano, será a primeira vez que vamos entrar no Natal com juros em queda.

O que pode estragar a festa? No radar dos economistas, o que se vê hoje de mais concreto é a possibilidade de algum ruído vindo da Argentina, onde a eleição presidencial e a perspectiva de vitória da oposição poderão abrir espaço para medidas mais ousadas, até mesmo uma desvalorização do peso. Mas, se ocorrer um problema como esse na Argentina, o maior impacto aqui será psicológico. Pode haver uma tensão no mercado cambial

com o aumento da taxa, mas, como não há fundamento do ponto de vista fiscal ou de saída de capitais de curto prazo, a grande batalha a enfrentar será a de esclarecer que a situação do Brasil não é mais a mesma dos dois anos anteriores, e não se deve esperar como efeito uma “gelada” soprando do sul.

Há também essa coisa, o “bug” do ano 2000, que pode causar algum tumulto na área financeira, com gestores de recursos externos se precavendo de renovar ou de conceder novos créditos diante do que pode acontecer com o registro de suas operações no Brasil. No plano interno, se faltarem esclarecimentos, muita gente poderá correr aos caixas bancários para ter dinheiro em espécie, e não saldos em computadores que poderiam pifar. Até onde fui, esse problema ou já foi enfrentado e solucionado ou, em muitos casos, é um assunto sem assunto, ou seja, nem mesmo existe.

Ponderando essas e outras coisas, a probabilidade de o Natal não ser estragado é grande. O mesmo vale para o réveillon. Alguns empresários, escaldados pela experiência dos dois últimos anos, estão retraídos e podem até ficar arrependidos, sem condições de abastecer uma demanda maior que a dos últimos dois anos. Outros já perceberam que o cenário mudou e vêm expandindo sua produção. Sei de uma indústria de bebidas, fabricante de espumantes – já me puxaram a orelha para chamar a coisa de “champagne” –, que aumentou sua produção em 25% e espera vender tudo. Para que as garrafas sejam mesmo abertas será fundamental que o governo administre bem a batalha da opinião pública se vierem os problemas da Argentina ou do “bug” do ano 2000 e que, além disso, evite brincar-nos com seus lastimáveis pacotes de fim de ano.

■ Roberto Macedo, economista, é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Mackenzie
E-mail: roberto@macedo.com